



**História e Literatura: um diálogo interdisciplinar**  
History and Literature: an interdisciplinary dialogue

Lourenço Resende da Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo nesse artigo é tecer algumas considerações acerca do diálogo entre a História e a Literatura. As fronteiras entre essas duas áreas são de difícil delimitação, por essa razão o debate a respeito do tema é sempre pertinente. O intuito não é estabelecer essa delimitação, mas destacar os pontos de contato e distanciamentos entre as duas, bem como as contribuições mútuas de um diálogo profícuo e de longa data.

**Palavras-chave:** História; Literatura; fonte histórica; fronteiras; interdisciplinaridade.

**Abstract:** This article has the purpose to make some considerations about the relations between History and Literature. The boundaries between these two areas are difficult to delimit, so the studies about this subject is always relevant. The intention is not to establish this delimitation, but to highlight the points of contact and distance between the two disciplines, as well as the mutual contributions of a long-term and productive dialogue.

**Keywords:** History; Literature; Historical Source; Boundaries; Interdisciplinarity.

Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quartirão (ASSIS, 2004. CAPÍTULO IX).

Fronteiras disciplinares, métodos de pesquisa, linhas teóricas... Tudo extremamente indispensável na hora de escrever, tanto para literatos como para os historiadores. Mas, em áreas tão próximas como História e Literatura não é trabalho simples dar o nó da “gravata” do método, ajustar a alça do “suspensório” da teoria ou percorrer o “quartirão” sem ultrapassar a fronteira.

Na história da civilização humana, independentemente do modelo político, social e/ou cultural, a manutenção e/ou estabelecimento de fronteiras é algo observável sob diversos aspectos. A fronteira pode ser geográfica, com um marco fixo e visível, ou apenas simbólica. Aliás, delimitações entre povos diferentes não necessitam exclusivamente de um espaço físico para a separação do “nós” e do “eles”. Barth (2011) já havia defendido, por exemplo, que a fronteira étnica não está condicionada à permanência do grupo em determinado lugar ou ao isolamento, os contatos não eliminam as distinções.

No caso das Ciências, os contatos nem sempre foram interdisciplinares no sentido compreendido hoje em que um ramo do conhecimento dialoga com o outro na busca

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista CAPES. Mestre e graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Professor no Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria de Estado do Paraná – SEED-PR.

do melhor entendimento a respeito de algum fenômeno social e/ou físico, por exemplo. Considerando as ditas Ciências Humanas, conforme as conhecemos hoje, podemos perceber que havia uma luta pela monopolização de saberes e/ou pelo estabelecimento de uma hierarquia. Pode-se dizer, numa perspectiva foucaultiana, que algumas tinham mais “direito ao discurso” e mais condições de estabelecer as “verdades” (FOUCAULT, 2009).

Nesse artigo o intuito é tecer algumas considerações a respeito do contato entre a História e a Literatura, dois ramos do conhecimento que possuem um diálogo profícuo e de longa data. Cada um deles fazendo uma “leitura” do mundo a partir de critérios internos, mas que fornecem mutuamente material para debates e produção do conhecimento.

A disciplina de História até o século XIX não possuía uma cátedra nas universidades e estava associada/subordinada à Teologia, Filosofia, Política ou mesmo confundida com a Literatura. Naquele século, no entanto, devido ao florescimento de um modo diferente de se fazer pesquisa histórica e à sistematização de métodos de estudos, principalmente por historiadores como Leopold Von Ranke, a História galga seu lugar entre as Ciências. O método de crítica interna e externa da fonte, por exemplo, afastou História e Literatura em um ponto fundamental: a primeira, ao contrário da segunda, almejava estabelecer a verdade científica dos fatos.

Mas, em razão da busca dessa veracidade, tendo como “espelho” os paradigmas das ciências da natureza, os historiadores passaram a aceitar apenas fontes escritas para a fundamentação de suas análises. Além disso, não era qualquer papel impresso que poderia ser alçado à condição de documento histórico. A documentação oficial dos governos era a matéria-prima quase exclusiva dos historiadores profissionais. Para os trabalhos historiográficos do século XIX esse tipo de fonte era, quase que exclusivamente, a única digna de análise e “garantia” de credibilidade.

Porém, a crença na verdade, a partir do documento oficial escrito, passou a ser questionada. A limitação na aceitação de documentos para fundamentação dos estudos históricos isolou, de certo modo, a disciplina. A reação a isso não tardou e já apareceu no século XIX, mas foi a partir do início do século XX com o surgimento da Revista *Annales*, comandada por Lucien Febvre e Marc Bloch, que o conceito de documento histórico foi ampliado. Essa guinada propiciou a formação de um novo modo de escrever História, sendo possível classificar de *Escola* a historiografia feita em torno da revista *Annales* e a partir dela, mesmo que de modo independente das publicações coordenadas por Febvre e Bloch (BURKE, 1991).

Foi a partir da chamada primeira geração de *Annales*, representada por Febvre e Bloch, que a relação entre História e Literatura ficou mais intensa e produtiva. Porém, é fundamental fazer uma observação acerca da utilização de outras fontes históricas além dos escritos oficiais antes da fundação da revista francesa em 1929. No século XIX as historiadoras já realizavam estudos que congregavam diferentes tipologias de documentação (SMITH, 2003). Mas, a produção historiográfica feminina no século XIX era desqualificada, não pela sua qualidade ou devido a não observância de algum dos procedimentos do método da crítica interna e externa da fonte, por exemplo, e sim pelo simples fato do estudo ser subscrito por uma mulher. Os debates a respeito do

que é uma fonte histórica, como se constitui um fato histórico, por exemplo, são discussões que não se restringiram ao século de Ranke (CARR, 1996).

### **História e Literatura: reflexos da sociedade**

Os efeitos sociais/políticos/culturais desencadeados por determinados eventos, podemos tomar como exemplo a Revolução Francesa, não se limitam à duração do acontecimento propriamente dito e podem não se restringir à sociedade em que ocorreu. Com seu lema “Igualdade, Liberdade, Fraternidade” a Revolução propiciou, entre outras coisas, a produção da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” que serviu não apenas para a sociedade francesa. Muitos indivíduos, após um século XIX de intensas mudanças, de vicissitudes encetadas, ao menos em parte, pelos fatos ocorridos no final do século XVIII, viram o alvorecer do século XX cientes de que era possível dar outros rumos à história individual.

Bosi (1994) e D'onofrio (1990) destacam que escolas literárias como o Romantismo e o Realismo, por exemplo, são fundamentais para a compreensão das transformações da sociedade. Os literatos identificados com uma ou outra corrente literária refletem, cada qual ao seu modo, a sociedade que os cercam. Portanto, os textos literários escritos dentro dos diferentes movimentos literários se mostram como importantes documentos históricos.

A partir dessas considerações podemos dizer que tanto os textos literários como os textos historiográficos são frutos de uma sociedade, pois o autor está inserido e é influenciado pelo contexto no qual escreve.

Bosi (1994) enfatiza que o Romantismo pode ser entendido, na França principalmente, como uma expressão de um momento de transição. Ele pode representar um descontentamento da nobreza com a queda do absolutismo e da pequena burguesia que não conseguiu atingir as promessas da Revolução. Por essa razão a Literatura de cunho romântico reflete uma sociedade que, em meio às contradições e diante da impossibilidade de reação, recorre ao escapismo e as idealizações, bem como aos melodramas. Importante destacar que a negação da realidade das personagens de textos românticos nasce exatamente das transformações do presente. Se as personagens são fictícias como concluir que são fruto da sociedade? Porque quem conduz a pena e traceja os seus destinos está com os pés fincados no presente, mesmo projetando o enredo no passado.

### **História e Literatura: aproximações e distanciamentos**

São tênues as fronteiras entre o escrito literário e o escrito historiográfico se levarmos em consideração apenas a gramática e a semântica, bem como a liberdade que os autores possuem de utilizar metáforas, anedotas, figura de linguagem, entre outros recursos estilísticos que o texto permite. A estrutura narrativa de ambos não é hermética e, portanto, as semelhanças são significativas: “Se juntam e se conciliam para produzir interpretações, questionamentos, revisões e resgate dos personagens e

fatos históricos, propiciando discussões e debates; enfim, reavaliando o passado à luz de novas possibilidades narrativas (BOTOSO, 2010, p. 38)”.

Nessa relação entre a História e a Literatura as conexões e exclusões são constantes:

A Literatura, sendo uma manifestação cultural, é também objeto de estudo da História, que nela vê retratados os costumes, crenças e valores de uma sociedade em determinada época e lugar. Por outro lado, a História serve de tema e base para muitas obras literárias, constituindo objeto de pesquisa e de análise da Literatura (MELO; COSTA, 2017. p. 12-13).

Porém, não podemos dizer que o texto do historiador é igual ao de um romancista. Os historiadores estão com seu discurso ancorado na realidade externa à própria narrativa. Embora possa utilizar todos os recursos estilísticos de um romance, a criatividade literária do pesquisador da História está sempre limitada pela documentação (PESAVENTO, 2003). Uma contextualização que propicie uma leitura agradável, um texto fluído e de fácil compreensão são importantes, mas esse “cartão de visitas” de uma pesquisa histórica está sempre limitado ao que pode ser extraído dos documentos. As fontes históricas são as balizas que norteiam o discurso historiográfico.

O literato, por sua vez, não está limitado de modo incontornável pela documentação como o historiador. A criatividade, imaginação e sentimentos são o que irão nortear suas linhas. O romancista possui a liberdade de criar cenários e mesmo que haja um esforço para que seu enredo se enquadre como um romance realista a verossimilhança é a exigência máxima que precisará cumprir.

Nesse ponto vemos que a Literatura, especialmente aquela de cunho realista, se utiliza muito dos fatos da História, pois o autor de ficção sob a égide da “Escola Realista” tem toda liberdade de criação, desde que respeite a verossimilhança. Mas, essa falta de amarras impostas pela documentação não libera o romancista de algumas exigências. Se o romance é realista o diálogo e as reflexões que o texto suscita precisam ter contato com a sociedade. Todas as personagens são fictícias e a história narrada também, mas elas são colocadas em um “cenário” de tal modo verossímil que bem poderia ser real.

Um exemplo interessante de um romance realista para ilustrar o que foi dito anteriormente é “Memórias póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis (2004). A história é contada por defunto que depois de morto resolveu escrever sua biografia. Quer algo mais irreal que um morto que decide colocar no papel os sucessos de sua vida findada? Porém, essa questão é uma liberdade de grafia permitida ao literato, algo impossível aos historiadores. No entanto, esse detalhe totalmente inverossímil se mostra apenas como uma tática para que Machado de Assis reflita, critique e desvele as contradições do Rio de Janeiro escravocrata (CHALHOUB, 2003).

Com o chamado “Romance histórico” as interações entre essas duas áreas se estreitam ainda mais: “Por isso, o romance histórico apresenta, por um lado, a invenção, a criatividade e o imaginário do escritor junto a bases históricas, documentadas (MELO; COSTA, 2017. p. 14)”. Portanto, a Literatura também tem alguns

compromissos com a realidade e a História não consegue se desvencilhar totalmente das “acusações” de ficcionalidade.

Pesavento (2003) afirma que mesmo a História pode ter aspectos associados à ficção. No entanto, essa dimensão ficcional na História, à que ela se refere, diz respeito às escolhas feitas pelo historiador: recorte temporal e espacial, fontes utilizadas, aporte teórico, metodologia, etc. Opções que possibilitam ao pesquisador recorrer aos recursos literários, mas nesse caso a documentação será o limitador e o norteador na condução da historiografia.

Um aspecto importante, tanto para textos históricos como para escritos literários, é a dimensão do tempo. Para a História as balizas cronológicas são fundamentais, pois ao se estudar a situação feminina no Brasil no século XXI, por exemplo, será tecido um “retrato” muito distinto daquele extraído de pesquisa sobre o mesmo tema a respeito do século XIX. O “quando?” e “onde?” são indispensáveis aos historiadores, a ausência dessas informações ou a sua inexatidão são suficientes para críticas dos pares.

A Literatura por sua vez, conforme destaca Freitas (1985), faz um uso estético do tempo. Usando, novamente, como exemplo “Memórias póstumas de Brás Cubas” podemos perceber como Machado de Assis (2004) brinca com a cronologia. Brás, o “defunto autor”, começa narrando sua biografia pela sua morte e não pelo nascimento, o narrador diz ter morrido em 1869 e que contava 64 anos quando entregou seu corpo aos vermes. Portanto, depois da morte ele narra fatos ocorridos entre seu nascimento em 1805, aproximadamente, e o ano derradeiro de 1869 (ASSIS, 2004. CAPÍTULO I). Nesse exemplo vemos como o romancista, diferente do historiador, pode “brincar” com o calendário.

Para Lemaire (2000, p. 9) dois aspectos são fundamentais nesse debate: primeiramente temos que compreender que o passado real é uma coisa distinta do escrito historiográfico. Por exemplo, o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão em 1945 faz parte de um passado real. Os estudos sobre esse fato ocorrido, as interpretações acerca dele não o recuperam na sua inteireza e nem é possível reproduzir tal experiência. Nesse ponto já se está no segundo aspecto ressaltado por Lemaire (2000): a impossibilidade da recuperação do fato no seu modo imanente e/ou total.

Discutir as fronteiras entre a História e a Literatura é algo complexo e que revela também disputas de poder dentro da própria disciplina de História. Embora as correntes historiográficas tenham ampliado e revisado seus quadros teóricos, bem como aperfeiçoado suas definições do que é uma fonte histórica, Ferreira (1996) ressalta que as fronteiras não são fixas e que a delimitação é difícil.

### **Considerações finais**

A busca pela cientificidade fez com que os historiadores no século XIX tomassem de empréstimos das Ciências da Natureza os métodos para suas pesquisas. Se por um lado isso proporcionou uma metodologia que conferia rigor científico, trouxe também uma série de problemas, pois a sociedade não segue as leis, por exemplo, da Biologia ou da

Física. Tão pouco a historiografia consegue prescindir da subjetividade de quem escreve e os fatos históricos não são passíveis de reprodução.

Parte dos historiadores, na tentativa de auferir mais objetividade aos seus textos, passou a negar o caráter narrativo destes, o que afastaria seus trabalhos da Literatura. Essa preocupação de parte dos historiadores se deve também à polissemia do termo “história”. Martins (2010) destaca pelo menos 4 usos do termo “história”:

O quarto sentido é o que recorre ao termo “história” para designar as narrativas (de todos os tipos) com que se relata o agir passado dos homens no tempo. Com respeito aos dois primeiros sentidos, o “vou contar como foi essa história” inclui uma grande variedade de formas literárias do falar e do escrever (MARTINS, 2010, p. 9)<sup>2</sup>.

Portanto, há razões para a “preocupação” de parte dos historiadores com o aspecto narrativo da historiografia e desta ser entendida como Literatura e não como ciência. Não por acaso o termo “narrativa” ocupa um lugar de destaque nas contendas teóricas quando se discute as relações entre a História e a Literatura. A partir da década de 1970, principalmente, iniciou-se um intenso debate em torno da volta da narrativa no discurso do historiador. Toma (2005, p. 134) ressalta que é preciso especificar qual tipo de narrativa que se está considerando quando Lawrence Stone diz, no final daquela década, que havia tal retorno.

Porém, o intuito ao longe desse texto não foi estabelecer a demarcação definitiva do que é Literatura e do que é História, tão pouco resolver e/ou aparar as arestas do debate em torno do caráter narrativo da História. Esses temas nos levariam a consumir muitas páginas sem qualquer garantia da resolução dos impasses, pois esses assuntos já foram amplamente debatidos sem um veredito e este está longe de ser proferido.

O intuito foi fazer um exercício de revisitação dessas discussões, pois faz parte do trabalho do historiador dialogar constantemente com a teoria e com as áreas do conhecimento limítrofes com a História.

## **Bibliografia**

- ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 28ª edição. São Paulo: Ática, 2004.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOTOSO, Altamir. Romance histórico e pós modernidade. In: **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, v. 3, nº 1/2 – Ano III – dez/ 2010.

<sup>2</sup> O primeiro sentido diz que “história” é o conjunto da existência humana no tempo; o segundo estaria ligado a memória, sobretudo política; o terceiro é a História científica como passou a ser entendida no século XIX (MARTINS, 2010, p. 8-9).

- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.
- CARR, E. H. **O que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (Orgs). **Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura**. Campinas / Porto Alegre: Ed, da Unicamp / Ed, da Universidade – UFRGS, 2000.
- D'ONOFRIO, S. **Literatura Ocidental: autores e obras fundamentais**. São Paulo: Ática, 1990.
- FERREIRA, Antônio Celso. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: **Revista Pós-História**. Assis-SP: Unesp, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FREITAS, M. T. de. Malraux, La Condition Humaine e a ficção histórica: reflexões sobre as relações entre História e Literatura. In: **Revista de História**, nº 118. São Paulo, jan/jun 1985, p. 171-192.
- MARTINS, Estevão de Rezende (Org). **A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MELO, Mariluci Dias Cambui de; COSTA, Lourenço Resende da. História e Literatura: romance histórico, desconstrução e carnavalização na obra “Memorial do Convento”, de José Saramago. In: **Revista Ateliê de História**. Ponta Grossa, V. 5, Nº 1, p. 11-22, 2017.
- PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- TOMA, Maristela. A “história prodigiosa” de Martin Guerre: questões teóricas e metodológicas da História Cultural. In: **Anais da II Semana de História de Irati: A escrita da História: questões de teoria e método**. Irati-Pr: UNICENTRO, 2005.